

### 3 Comunicações e Debates

## O USO DO AMIANTO NO BRASIL: UM GRANDE DESAFIO

Fernanda Giannasi\*

*"À memória do inesquecível DICK JACKSON, falecido como vítima de mesotelioma de pleura, provocado pelo amianto, e um dos idealizadores da Rede Ban Asbestos".*

### Introdução

O asbesto ou amianto é uma fibra mineral natural sedosa, largamente utilizada na indústria, principalmente na fabricação de telhas, caixas d'água, guarnições de freios (lonas e pastilhas) e revestimentos de discos de embreagem, vestimentas especiais, materiais plásticos reforçados, termoplásticos, massas, tintas, pisos vinílicos, etc.

É conhecido e utilizado desde a antigüidade, como reforço de utensílios cerâmicos, encontrados em escavações, mas são os romanos que há quase 2.000 anos o extraíam das minas situadas nos Alpes italianos e nos Montes Urais, na Rússia.

O nome asbesto, de origem grega, significando incombustível, foi referido por Plutarco no século 70 A.C. ao pavio das lâmpadas mantidas permanentemente acesas pelas virgens vestais, e ao qual se denominava asbesta ou não destrutível pelo fogo.

Já amianto, palavra de origem latina (*amianthus*), significa sem mácula ou incorruptível.

---

\* Engenheira Civil e de Segurança do Trabalho. Atua na inspeção dos ambientes de trabalho pela Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo do Ministério do Trabalho. É consultora na área de Saúde, Trabalho e Ambiente e coordena na América Latina a Rede Mundial Bastamianto (BAN ASBESTOS NETWORK).  
Integrante da Rede Norte-Sul do INSERM.

As duas palavras se referem às principais propriedades físico-químicas desse material, que o tornaram uma matéria-prima importante para a indústria, que são:

- alta resistência mecânica, especialmente à tração (superior à do aço)
- incombustível
- bom isolante térmico - resiste a altas temperaturas
- alta resistência a produtos químicos (não se decompõe) e a micro-organismos
- boa capacidade de filtragem e de isolamento elétrica e acústica
- durabilidade e flexibilidade
- afinidade com outros materiais para compor matrizes estáveis (cimento, resinas e ligantes plásticos)
- resistência ao desgaste e à abrasão.

Por conta destas propriedades, ele é empregado em centenas de produtos industriais, sendo, aproximadamente, 85% do seu uso na indústria de cimento-amianto ou fibrocimento (telhas, caixas d'água, etc.), 10% em materiais de fricção (autopeças, cujo uso está em declínio, como veremos adiante) e 5% em outras atividades (têxteis 3%, químicas/plásticas 2%).

O asbesto é extraído sob 2 formas:

- a) Serpentina (Crisotila ou, em grego, "fibra de ouro")<sup>1</sup> - são fibras curvas, também conhecidas como amianto branco. É um silicato hidratado de magnésio, 98,5% do amianto consumido no mundo é do tipo crisotila.
- b) Anfibólios - grupos minerais formados por silicatos de magnésio, ferro, principalmente, mas contendo também cálcio e sódio, e que compreendem, entre outros, principalmente, a crocidolita (amianto azul), a amosita (amianto marrom), a antofilita, a tremolita e a actinolita. A legislação do Ministério do Trabalho<sup>2</sup>, alterada pela Portaria 1 de 28/05/91, proíbe a utilização de qualquer tipo de asbesto do grupo anfibólio e dos produtos que contenham estas fibras.

---

<sup>1</sup>Ver "O Amianto no Brasil" publicado pela ABRA.

<sup>2</sup>Anexo 12 da NR-15 - Atividades e Operações Insalubres do Capítulo V do Título II da CLT.

No Brasil, a maior parte do amianto comercializado é do tipo crisotila, mas diversos produtos contaminados com anfibólios têm sido empregados. Entre eles citamos alguns talcos industriais, contendo tremolita e actinolita.

### **Amianto e Saúde**

Há mais de 2000 anos Herodoto já relatara uma alta mortalidade por doenças pulmonares entre os escravos que produziam mortalhas de amianto.

Somente em 1900, na Inglaterra, é que foram diagnosticados os primeiros casos de asbestose; mais precisamente, em 1.907, quando houve o primeiro relato minucioso desta fibrose pulmonar crônica e irreversível por Montagne Murray.

Em 1935, Lynch e Smith relacionaram o câncer de pulmão com a exposição ao amianto.

Em 1960 J. C. Wagner relatou o aparecimento de mesotelioma (tumor maligno e de prognóstico sombrio) pela mesma exposição.

Em 1973 Stell e McGill demonstraram a maior incidência de cânceres gastrointestinais e outros tipos de câncer entre trabalhadores expostos ao asbesto.

A partir daí, a literatura médica tem confirmado estes estudos em todo o mundo.

Entre as doenças provocadas pelo amianto estão:

- **A asbestose**, que é uma doença pulmonar de origem ocupacional, decorrente da aspiração da poeira, que devido à sua dimensão, dose e "durabilidade", consegue chegar aos alvéolos, onde produz uma reação inflamatória com a formação de cicatrizes que impedem a função da troca gasosa pulmonar. A doença se desenvolve, geralmente, após um tempo de exposição superior a 10 anos, dependendo da concentração de fibras presentes no ambiente de trabalho, do tempo de contato, tipo de atividade e intensidade do esforço físico.

No Brasil, têm-se relatos de aparecimento da doença em trabalhadores com menos tempo de exposição, devido à gravidade desta.

No início é sentida falta de ar quando são realizados grandes esforços e cansaço, acompanhada por tosse, que, no início, é seca, passando à produtiva com o desenvolvimento da doença.

É nesta fase que o trabalhador é afastado ou demitido da empresa, quando a dispnéia aos grandes esforços representa incapacidade laboral significativa, impedindo-o de exercer tarefas que requeiram maior esforço físico.

O quadro pode evoluir para insuficiência respiratória e óbito, mesmo após o afastamento do trabalhador da exposição.

- **Cânceres** - Os casos de câncer geralmente relacionados à exposição ao asbesto são os de pulmão e do trato gastrointestinal. Os que atingem a pleura e peritônio são conhecidos como mesotelioma.

O câncer de pulmão costuma aparecer, em geral, mais de 20 anos após a exposição, devido ao longo período de latência da doença. Estudos como os do Dr. Selikoff, do Hospital Monte Sinai, nos Estados Unidos, comprovaram haver efeito sinérgico entre o amianto e o fumo, isto é, a potencialização do risco. Nestes estudos, ele observou que trabalhadores expostos ao amianto e fumantes apresentavam incidência de câncer de pulmão 53 vezes superior à de trabalhadores não expostos e não fumantes.

- **Mesotelioma** - Tumor raro, que leva, em média, 30 anos para ser diagnosticado.

Não se conhece o seu efeito sinérgico com o fumo. Estudos mais recentes demonstram que a quantidade de fibras inaladas e o tempo não têm relação com o aparecimento do tumor, o que agrava as consequências danosas das exposições a esta fibra, pois não há dose ou limite seguro para a mesma; ela pode acometer tanto os trabalhadores como seus familiares, moradores das vizinhanças das fábricas e a população em geral, sem nenhuma exposição ocupacional comprovada.

Após firmado o diagnóstico de mesotelioma, os pacientes em geral morrem antes de 1 ano, fato observado em mais de 50% dos casos. Somente 20% deles apresentaram quadros de fibrose intersticial (asbestose) associados.

- **Afecções "Benignas"**<sup>3</sup> - Embora ditas "benignas" pelos profissionais da área médica, muitos trabalhadores expostos ao asbesto, em geral por mais de 10 anos, apresentam placas, derrames ou calcificações (espessamentos) pleurais, que muito embora possam ser assintomáticos, revelam que aqueles trabalhadores estiveram expostos àquela fibra.

---

<sup>3</sup> Ver "O Amianto no Brasil" publicado pela ABRA.

No Brasil estas alterações não são passíveis de notificação ao INSS, (embora isso já ocorra em outros países) porque elas podem apresentar-se associadas à redução de capacidade respiratória e derrames pleurais.

### O Amianto no Brasil

O Brasil está entre os maiores produtores do mundo de amianto do tipo crisotila (foi o terceiro até 1992, quando perdeu para a China)<sup>4</sup>. Produziu, no ano de 1992<sup>5</sup>, 233.000 toneladas, precedido pela ex-URSS (mais precisamente, pela Rússia e o Cazaquistão) com 1.700.000 toneladas, pelo Canadá, com 585.000, e pela China com 240.000 toneladas.

Sua extração ocorre, basicamente, no município de Minaçu, no estado de Goiás (Mina de Canabrava) pelo consórcio da Eternit (suíça) e Brasilit (francesa - Grupo Saint-Gobain), com 50,5% e 49,5% de participação<sup>6</sup>, respectivamente, através da SAMA - S.A. Mineração de Amianto. Este consórcio movimenta em torno de US\$ 100 milhões, a maior arrecadação daquele Estado brasileiro, através da METAGO, empresa de economia mista, que arrecada royalties de 5%<sup>7</sup> sobre o faturamento líquido da exploração do mineral. São estas duas empresas também que lideram o mercado de fibrocimento no país, através de sua fusão na ETERBRAS, hoje controlada e administrada pela Saint-Gobain.

O Brasil exporta, anualmente, em torno de 70.000 toneladas<sup>8</sup> para países como Japão (segundo maior consumidor mundial), Tailândia, Índia, Nigéria, Angola, México, Uruguai e Argentina, principalmente, gerando recursos da ordem de US\$ 30 milhões/ano<sup>9</sup>.

Enquanto os Estados Unidos consomem, em média, 100g/habitante/ano, o Canadá, 500g/habitante/ano, no Brasil alcançam-se valores próximos a 1.400g/habitante/ano<sup>10</sup>. Estes valores tendem a crescer como nos outros países do terceiro mundo e nos chamados Tigres Asiáticos, numa proporção de 7% ao ano, inversamente ao que ocorre nos países da Europa e nos Estados Unidos, onde se observa um crescente declínio tanto

---

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Dados extraídos do Departamento do Interior dos Estados Unidos de 1993.

<sup>6</sup> Ver "Amianto, Fibras e Produtos Alternativos" de Eng. Viviano Ferrantini.

<sup>7</sup> Ver material institucional da SAMA - S.A. Mineração de Amianto.

<sup>8</sup> Ver "Amianto, Fibras e Produtos Alternativos" de autoria do Eng. Viviano Ferrantini.

<sup>9</sup> Ver "O Amianto no Brasil" publicado pela ABRA.

<sup>10</sup> Ver Barry Castleman in Building a Future without Asbestos in New Solutions, vol. 5, nº. 2, 1995.

da sua produção quanto da sua utilização.. Enquanto em 1988 estes países eram responsáveis pela produção de 230.000 t, no ano de 1992 este total se reduziu para menos de 30.000 t<sup>11</sup>. O Canadá é outro exemplo disto: é o segundo maior produtor mundial, com 585.000 t/ano<sup>12</sup>, mas só consome, internamente, 13.000 t/ano. Já o Brasil, grande produtor (233.000 t em 1992), também é um grande consumidor, com 170.000 t/ano<sup>13</sup>.

Trabalho realizado no Estado de São Paulo entre 1987/89 mostrou consumo crescente do uso de amianto da ordem de 12%<sup>14</sup> no setor de fibrocimento.

O ano de 1994 foi atípico para a mineração de amianto no Brasil nos últimos anos. Houve uma queda brusca de produção da ordem de 29% em relação ao ano de 1992, devido ao estímulo à importação (o amianto canadense chegou a custar 30% menos que o brasileiro e seu prazo de entrega era inferior), sendo que a exportação ficou mantida nos patamares de 70.000 t/ano. Como reflexo dessa retração do mercado interno, 80 trabalhadores foram demitidos da SAMA, instalada numa cidade com 60.000 habitantes e que gravita em torno da exploração da mina de amianto<sup>15</sup>.

A transnacional SAMA se estabeleceu no país em 1939, primeiramente no Estado da Bahia (Mina de São Félix em Poções), até o esgotamento econômico de suas reservas em 1967, e, a partir daí, em Minaçu, onde se concentram 97% das reservas nacionais medidas de amianto. Outras minas, de propriedade da também transnacional Brasilit, foram exploradas em Mostardas (Minas de Raposal e Cruzeiro), em Minas Gerais, a partir de 1940, pela Sociedade Brasileira de Mineração FAMA Ltda. Também até a sua exaustão. Portanto, quando se iniciou a sua exploração em escala no país, na década de 40, os riscos relacionados ao amianto já eram de domínio público, através da literatura médica especializada. Mesmo assim, intensa campanha mercadológica propiciou a dispersão do produto em "milhares" de usos<sup>16</sup>, relevantes ou não, tendo em vista o binômio risco x benefício. Entre os mesmos, citamos: fitilhos para embalagem, móveis, equipamentos para playground, vasos ornamentais, bebedouros para animais<sup>17</sup>, bancos<sup>18</sup>, persi-

<sup>11</sup> Idem nota 9.

<sup>12</sup> Dados de 1992 do Departamento do Interior dos EUA (1993).

<sup>13</sup> Idem nota 8.

<sup>14</sup> Trabalho realizado pelo GIA - Grupo Interinstitucional do Asbesto entre 1987 e 1989 nas 9 fábricas de cimento-amianto do Estado de São Paulo.

<sup>15</sup> Dados fornecidos pela Direção Geral da SAMA em dezembro de 1994.

<sup>16</sup> Ver material institucional da SAMA - S.A. Mineração de Amianto, cuja publicação afirma que "o amianto não só entra na composição de quase 3.000 produtos, como gera milhares de empregos diretos".

<sup>17</sup> Informados pela ex-Eternit de Osasco ao INSS local.

anas<sup>19</sup> e outros tantos, que já possuem tecnologia dos materiais alternativos para substituição.

### **A Luta das Instituições, a Sociedade e os Trabalhadores Brasileiros Frente ao Amianto**

As ações organizadas relacionadas ao amianto no Brasil são recentes. A partir de 1986, após a aprovação da Convenção 162 da OIT em sua 72ª Reunião, surgiu em São Paulo, em 1987, coordenado pelo Ministério do Trabalho, o GIA - Grupo Interinstitucional do Asbesto, com caráter multidisciplinar e tripartite. Tinha como objetivos, entre outros, avaliar o grau de exposição dos trabalhadores ao amianto nas indústrias de fibrocimento no Estado de São Paulo, a conscientização dos trabalhadores quanto ao risco e a apresentação de propostas para subsidiarem a definição de uma política global para o setor.

Este trabalho avaliou todas as fábricas de cimento-amianto do Estado de São Paulo, num total de 9 (sendo que no Brasil existem 28 indústrias deste ramo, com aproximadamente 8.000 trabalhadores)<sup>20</sup>, o mais industrializado do país, num universo de 3.500 trabalhadores expostos, entre adultos, mulheres e menores de dezoito anos.

Os resultados desta pesquisa, realizada entre 1987-89, mostraram ser muito graves as condições de trabalho, no geral, e, em particular, a exposição ao amianto.

Após os processos de fiscalização e negociação, inicialmente individuais e posteriormente coletivos, os empresários, (através da CNI - Confederação Nacional da Indústria), assessorados pela ABRA (Associação Brasileira do Amianto)<sup>21</sup>, e os trabalhadores, (representados pela CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), assinaram em 1989 o primeiro acordo para o uso do amianto em condições de segurança, a nível nacional, para o setor de fibrocimento. Este Acordo é revisto a cada 3 anos. O último foi celebrado em abril de 1995 e traz avanços em relação ao anterior no tocante aos Limites de Tolerância, que passam a ser de 0,5 f/cc (enquanto a legislação nacional prevê o Limite de 2,0 f/cc)<sup>22</sup>, à exigência do amianto ser

---

<sup>18</sup> Idem nota 17.

<sup>19</sup> Idem nota 17.

<sup>20</sup> Ver "O Amianto no Brasil", publicado pela ABRA, à página 45.

<sup>21</sup> A ABRA foi criada em 02/01/1984 para defender "o uso seguro do amianto" e presta assessoria técnica (médica, de segurança e higiene do trabalho, jurídica, etc.) aos seus associados, que são em torno de 60 no Brasil e no exterior, segundo publicação "O Amianto no Brasil" à página 43.

<sup>22</sup> Anexo 12 da NR-15 - Atividades e Operações Insalubres.

entregue paletizado e não mais em sacos de 50 kg, à proibição de trabalho de terceiros nas áreas produtivas etc.<sup>23</sup>

Vale a pena ressaltar que a CNTI, estrutura burocrática/cartorial do sindicalismo oficial brasileiro, herdada da ditadura de Getúlio Vargas nos anos 40, representa a maior parte dos trabalhadores da indústria da Construção Civil, setor este cuja organização dos trabalhadores é ainda incipiente.

Com a entrada em vigor na Itália da Lei nº. 257/92, que proíbe qualquer utilização do amianto e sob qualquer forma, membros do GIA foram convidados a expor sua experiência, agora voltada ao setor de materiais de fricção (segundo maior utilizador), no Seminário Internacional Bastamianto, ocorrido em Milão, na Itália, em abril de 1993, no documento final aprovado neste Seminário, conhecido como o Apelo de Milão, técnicos, sindicalistas, cientistas, parlamentares e entidades ali presentes se comprometeram a lutar a nível mundial pelo banimento do amianto e para impedir a transferência dos riscos e das empresas para o terceiro mundo.

Inspirados em evento de tal magnitude e nas tendências mundiais de mercado, parlamentares brasileiros, a nível federal, estadual e municipal, apresentaram Projetos de Lei com o objetivo de uma substituição gradual até o completo banimento do amianto no Brasil.

Entre esses projetos, vale ressaltar o de autoria do Deputado Federal Eduardo Jorge, de 1973, que teve uma tramitação das mais rápidas e estranhas que se presenciou na história parlamentar deste país. Foi constituída uma Comissão Especial para apreciá-lo, ao invés do mesmo passar pelas diversas e tradicionais Comissões Temáticas (Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia, etc.). A Comissão foi composta basicamente por Deputados do Estado produtor e o Projeto original foi rejeitado em menos de 6 meses, apesar dos diversos pedidos de reapreciação do mérito impetrados. Ao final, aprovou-se um Substitutivo que garante a manutenção do amianto, através da tese de seu uso controlado, proposta defendida pelos produtores "lobistas" e parte do movimento sindical com visão corporativista, comprometido com os interesses patronais, ou sem acúmulo de conhecimento e discussão sobre a questão.

Já no setor metalúrgico, o GIA deparou-se com uma outra realidade: trabalhadores organizados, lideranças conscientes do risco e sem disposição de negociarem a favor do "uso controlado", respaldados pelas centrais sindicais. A Central Única dos Trabalhadores e a Força Sindical, as duas grandes agremiações brasileiras, nascidas a partir das lutas dos anos 80 para con-

---

<sup>23</sup> Ver Informativo da ABRA, nº. 8 de abril/95.

frontarem o velho modelo oficial do sindicalismo brasileiro, embora rivais no campo das concepções políticas, uniram-se na luta pelo banimento do amianto. Compreenderam, perfeitamente, desde o início, que quanto mais se pulveriza e se diversifica a utilização do amianto, mais difícil fica o seu controle.

Por outro lado, o mercado de autopeças para carros novos, não só a nível nacional como internacional, vem exigindo a substituição do amianto por materiais alternativos, obrigando aos produtores de autopeças a investir em pesquisas de materiais e desenvolvimento de novas tecnologias asbestos-free. Para adequar-se às regras de mercado as montadoras obrigaram os fornecedores a produzirem sem amianto, mesmo em países onde não havia leis ou regulamentos que o proibissem ou o restringissem. Os produtos com "Selo Verde" e outros apelos ecológicos têm sido a tônica nos países desenvolvidos e vêm lentamente sendo incorporados pela sociedade e indústrias brasileiras, que cada vez mais buscam o mercado exportador.

Os produtos no-asbestos ou asbestos-free, no setor automotivo nacional, já são uma realidade para os carros novos e para os produtos de exportação, embora ainda haja resistências à substituição no mercado de reposição, cuja opção ainda é determinada pelo preço.

Com base nesta realidade, os representantes dos fabricantes de autopeças (o SINDIPEÇAS - Sindicato Nacional das Indústrias de Autopeças), apoiados pela indústria automotiva (ANFAVEA/SINFAVEA)<sup>24</sup>, os dirigentes da CUT, da Força Sindical e do Ministério do Trabalho, assinaram em janeiro de 1994 um Protocolo de Intenções, que prevê o fim da fabricação de componentes automotivos com amianto para 31/12/97, sendo que algumas das empresas do setor informaram já tê-lo eliminado e outras estão prestes a fazê-lo, antes mesmo do prazo acordado.

Acordo semelhante foi proposto pela EPA - Environmental Protection Agency (Agência de Proteção Ambiental) dos Estados Unidos às montadoras e estão em curso desde 1992 negociações para eliminação do amianto em veículos novos, após decisão da Suprema Corte de revogar em 1991 a lei de banimento do amianto até 1997 naquele país, proposta pela mesma EPA em 1989.

---

<sup>24</sup> ANFAVEA/SINFAVEA - Associação/Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotivos.

## **Pensar e Agir Globalmente - Seminário Internacional do Amianto em São Paulo**

Como desdobramento da Conferência BASTAMIANTO, programou-se para São Paulo, em março de 1994, a continuidade das discussões da necessidade da globalização das ações contra o amianto.

Com a presença de representantes dos Estados Unidos, Panamá, Peru, Chile, França, Bélgica, Inglaterra e Itália, o evento contou com a participação de 350 especialistas, sindicalistas, organizações não-governamentais, parlamentares, cientistas e representantes governamentais, patrocinados pelo Ministério do Trabalho através da Fundacentro, entidade responsável por pesquisa nas áreas de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho. Novamente CUT e Força Sindical se uniram para fortalecer suas ações e dar legitimidade ao evento, ocorrido sob pressões, chantagens e ameaças do governo canadense, instituições francesas e produtores junto ao governo brasileiro, para impedir que o mesmo ocorresse.

Num clima bastante tenso, apesar dos protestos do Governo de Goiás e da população de Minaçu, onde se encontra a mina, incitada por lobistas em sua pregação apocalíptica, o Seminário aprovou a Carta e Declaração de São Paulo e outras moções de repúdio às ações antidemocráticas praticadas pelos defensores do amianto.

Ao final foi constituída a Rede (Network) Mundial Ban Asbestos, da qual a Federação Européia Ban Asbestos passa a fazer parte e que terá sua ação descentralizada continentalmente.

### **Uso Controlado ou Banimento**

A ideologia do "Uso Controlado" não nasceu exclusivamente para defesa dos interesses da exploração do amianto, mas de um movimento articulado internacionalmente, preocupado com a crescente tomada de consciência da população dos riscos a que se submete tanto no trabalho, como enquanto consumidora, no contato e na utilização de determinados produtos.

A preocupação dos ambientalistas em todo o mundo e o espaço que a mídia tem dedicado a estas ações fez com que as grandes corporações transnacionais, principalmente, buscassem se redimir perante a opinião pública de seus anos de total despreocupação com a saúde e o meio ambiente, em sua lógica de acumulação devoradora e depredadora. Surgem aí os programas de atuação responsável (Responsible Care) da indústria química e os Programas de Qualidade Total, na busca não só da competitividade, mas da isenção de futuras responsabilidades civis e criminais de seus produ-

tos e serviços. São abstrações com objetivos ideológicos, que não têm tradução precisa na realidade concreta.

Pensar em "Uso Controlado do Amianto", caso ele fosse realmente possível, pressuporia não se omitir nenhum tipo de informação a quem quer o manipule, sob as diversas formas. É poder interromper a atividade quando o trabalhador julgar haver risco ou se sentir ameaçado, sem punição, sem depender da tutela do Estado, dos técnicos e do próprio Sindicato. É não ter de se submeter a critérios de avaliação para caracterização da nocividade de seu ambiente, enquanto os mesmos forem definidos por conjunturas políticas e econômicas, o que acreditamos ser impossível em um país com relações trabalhistas tão antidemocráticas. Assim, falar em uso controlado onde os trabalhadores não têm o direito sequer de opinar como, quando e quanto produzir é no mínimo uma hipocrisia, que se torna criminoso quando se conhece tão bem as conseqüências à saúde dos expostos ao amianto.

Abraçar a tese do uso controlado do amianto, em nossa opinião, é assumir, no mínimo, a co-responsabilidade de suas conseqüências.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AMIANTO.  
1993 *Amianto/Saúde: atualização*. São Paulo: ABRA, 67p.
- ABRA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AMIANTO.  
1995 *Amianto no Brasil*. São Paulo: ABRA, 47p.
- ABRA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AMIANTO.  
1995 O avanço a passos largos. *Informativo da Associação Brasileira do Amianto*. São Paulo, n.8, p.3
- AIA - ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DO AMIANTO  
1993 *Correspondência de P. J. Pigg e documentos sobre proposta da EPA de ação voluntária de banimento do amianto para veículos novos apresentada ao setor automotivo americano*. Tradução juramentada realizada pela ALA - All Language Agency.
- ATELIERS DU TAYRAC  
1990 Interdire l'amiante? In: ACTES DU PREMIER COLLOQUE EUROPEEN SUR L'AMIANTE A MILLAU. Millau.
- BIOCCA, Marco et al.  
1986 *A come amianto*. Lavorazione, rischi, inquinamento. Cosa si fa, cosa bisogna fare. Roma: Ediesse.

- BONCIANI, Mario.  
1994 O asbesto no Brasil. In: *ISTO É trabalho de gente? Vida, doença e trabalho no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 672p.
- CARNEVALE, Francesco, CHELLINI, Elisabetta.  
1992 *Amianto. Miracoli, virtù, vizi*. Firenze: Editoriale Tosca.
- CASTLEMAN, Barry I.  
1993 *Asbestos: medical and legal aspects*. [s.l.], Prentice Hall Law & Business, 776p.
- CASTLEMAN, Barry I.  
1995 Building a future without asbestos. *New Solutions. Journal of Environmental and Occupational Health Policy*. Lakewood, v.5, n.2, p.58-63. (Publicação da AFL-CIO da Oil, Chemical and Atomic Workers International Union).
- CEA-COMITÊ DE ESTUDOS DO AMIANTO  
1989 *Recomendação Técnica n.1 (RT 1) - Avaliação médica dos trabalhadores expostos ao amianto*. São Paulo: Fundacentro.
- COSTA, José Luiz Riani.  
1983 *Estudos da Asbestose no município de Leme*. Campinas: Dissertação (mestrado), Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP.
- FERRANTINI, Viviano.  
1994 *Amianto, fibras e produtos alternativos*. São Paulo: (Cópia reprográfica).
- GIA-GRUPO INTERINSTITUCIONAL DO ASBESTO  
1987 *A ação interinstitucional no controle da exposição ao asbesto dos trabalhadores das indústrias de fibro-cimento no Estado de São Paulo*. São Paulo: IMESP (Publicação apoiada pela SERT - Secretaria de Estado das Relações de Trabalho).
- GIA-GRUPO INTERINSTITUCIONAL DO ASBESTO  
1989 *Interinstitucional Asbestos Group - Policy for asbestos in the Brazilian asbestos-cement industry and worker health*. São Paulo: Mtb/DRT/SP.
- GIA-GRUPO INTERINSTITUCIONAL DO ASBESTO  
1993 *Asbesto no setor de fibrocimento*. Brasília: Mtb/SSST.
- GIANNASI, Fernanda.  
1988 A legislação nacional e internacional sobre o asbesto. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. São Paulo: Fundacentro, v.16, n.63, p.26-31.
- GIANNASI, Fernanda.  
1988 Legislação trabalhista. In: *ASBESTO(Amianto). Riscos e medidas de controle no setor de fibrocimento*. São Paulo: Fundacentro, p.39-45.
- GIANNASI, Fernanda.  
1993 La situazione dell'amianto in Brasile. In: *ATTI DEL CONVEGNO INTERNAZIONALE BASTAMIANTO* organizado pela Ban Asbestos European Federation. Milão, 17-18/4/93.
- GIANNASI, Fernanda.  
1994 *The asbestos in Brazil: controlled use or banishment?* São Paulo: (cópia reprográfica).

GIANNASI, Fernanda, THEBAUD-MONY, Annie.

1994 Asbestos in Brazil (Sociological Aspects). In: PETERS, G.A., PERTERS, B. (org.) *Current asbestos. Legal, medical and technical research*. Salem/New Hampshire: Butterworths, v.10 of the Sourcebook on asbestos diseases p.315-338.

IARC-INTERNATIONAL AGENCY FOR RESEARCH ON CANCER.

*Boletins e Relatórios*.

INSTITUTO DO AMIANTO DO CANADÁ

1994 *O fanatismo do amianto - uma grande desilusão. Mas a que custo para a sociedade?* Quebec; (Cópia reprográfica em português).

JORGE, Eduardo.

1993 *Projeto de Lei n.3981/93* apresentado à Câmara dos Deputados Federais em Brasília.

MOKHIBER, Russel.

1995 Manville. In: *CRIMES corporativos*. O poder das grandes empresas e o abuso da confiança pública. São Paulo: Ed. Página Aberta, p.255-264.

THÉBAUD-MONY, Annie.

1990 *L'énvers des sociétés industrielles. Approche comparative franco-brasiliense*. Paris: L'Harmattan.

THÉBAUD-MONY, Annie.

1991 *La reconnaissance des maladies professionnelles*. (Document travail et Emploi), 284p.